



## PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 62/2022

Pregão Presencial n.º 24/2022

OBJETO: locação de Van transporte de paciente.

Encaminhado ao setor jurídico a solicitação de emissão de Parecer Jurídico em relação à contratação de empresa para prestação de serviços no transporte escolar de pacientes da secretaria municipal de saúde, nos termos do parágrafo único, do artigo 38 da Lei 8666/93, o qual transcreve-se:

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93.

O Processo foi deflagrado a partir de solicitação expressa apresentada pelo secretário municipal de saúde Sr. Alfeu Mussolino, com a justificativa de que o tratamento de saúde a serem realizados em outros municípios deve ser proporcionado pelo município objetivando garantir a integridade da saúde dos pacientes que precisam de tratamento contínuo.

O Prefeito Martins Dias de Oliveira autorizou a abertura do procedimento licitatório. A contadoria municipal forneceu a dotação orçamentaria para arcar com as despesas decorrentes da contratação.

Estão anexados os parâmetros de preços oferecidos por pessoas jurídicas que informar atuar no ramo.

A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço.

O "caput" do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, devendo os mesmos serem objetivamente definidos em Edital.



Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

O Edital cumpre adequadamente a exigência, eis que esclarece o objeto a contratação de empresa disponibilizar veículo no sistema de locação ao Município, e para uso do gabinete do Prefeito.

O objeto está descrito adequadamente, nos termos do artigo 40, I da Lei de Licitações. O Termo de Referência corrobora com a descrição do objeto.

No caso, o Termo de Referência especifica a quantidade de item a ser contratado. Estão descritos a destinação do veículo (transporte de pacientes) o tipo do veículo (VAN) com capacidade mínima de 28 passageiros, a quantidade prevista de KM que estão sendo contratados e o valor médio do KM rodado.

No caso, o Edital, anexos e a minuta de Contrato que compõem o processo atendem à legislação pertinente, assim, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

A definição precisa do objeto é exigência da Lei nº 8.666/93, em seus Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara.

No caso em tela, o objeto está definido adequadamente. O TERMO DE REFERENCIA ANEXO I, descreve a destinação do veículo, o tipo do veículo, capacidade de 28 passageiros, quantidade de KM previstos e o valor médio do KM rodado.

O pregão é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns em que a disputa pelo fornecimento é feita em sessão pública, por meio de propostas e lances, para classificação e habilitação do licitante com a proposta de menor preço.

Como modalidade licitatória destinada à aquisição de bens e serviços comuns, foi consolidado, no plano legislativo, com a edição da Lei nº 10.520/2002.

Analisando a Minuta do Edital e Contrato, verifica-se que estão de acordo com a legislação vigente.

Não cabe ao parecerista tratar do mérito da contratação, no entanto, vale mencionar que as contratações que demandam recursos públicos devem estar em consonância com o disposto no artigo 3.º "caput" da Lei de licitações.

Estando o processo devidamente instruído com os documentos necessários à análise, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação, o qual submeto, respeitosamente a apreciação superior, para que reanalise o objeto e decida pela contratação.



Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

---

Em face ao exposto, o Parecer é pelo prosseguimento da licitação.

S.M.J.

Porto Esperidião, 08 de agosto de 2022.

  
José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12

